

“Com raras exceções, as políticas públicas tratam diferentes Agricultores Familiares (AF) como se todos fossem movidos pela mesma racionalidade. Outras abordagens até insistem na falsa oposição a um ‘agronegócio’ mal traduzido do inglês (*agribusiness*). Ao desprezar **histórias agrárias desiguais**, muitos estudiosos confundem patrimônio familiar com ‘capital’ e constroem um AF abstrato, ora mais, ora menos ‘descapitalizado’. Todavia, a **desigualdade regional** permanece, com destaque para o Nordeste, onde se encontra metade dos 4,4 milhões de AF brasileiros. Essa forte concentração espacial nunca foi objeto de uma geopolítica republicana, coerente com sua representatividade numérica. Pautados na competição, os velhos instrumentos de política só beneficiam os espaços mais dinâmicos. Um AF nordestino obtém, do Pronaf, crédito doze vezes inferior aos do Sul-Sudeste. É nesse contexto de subdesenvolvimento que se diferenciam as AF, a que se atribui o **discurso único**.”

(*COUTO, Vitor de Athayde*)

“Quais as alternativas para o futuro da humanidade? No longo prazo, restam as virtudes da agroecologia e das AF. Mas a abordagem sistêmica, que protege a biodiversidade, esbarra no conhecimento insuficiente de como funcionam os agroecossistemas, e nas pequenas escalas de produção herdadas de **estruturas agrárias historicamente desiguais**. Longe de se congelarem na tradição, os AF experimentam mudanças rápidas, desde que consigam rendimentos suficientes para poupar e valorizar o seu patrimônio, como ocorre na Europa, onde predominam AF de tamanho médio. Os AF, enraizados em um ‘território’, conhecem seus *terroirs*; e respeitam o meio ambiente. Importa lembrar sua exposição à competição internacional, onde o ‘livre’ comércio não passa de uma concorrência entre produtores **desigualmente equipados**. Daí a submissão, ao latifúndio, da AF latinoamericana. Sob essas mesmas condições, o agricultor andino é obrigado a aceitar uma remuneração por seu trabalho 200 vezes inferior à do seu concorrente americano!”

(*DUFUMIER, Marc*)

“As Indicações Geográficas (IG) classificam-se em **dois grupos desiguais**. No primeiro, o reconhecimento, consoante o discurso oficial, considera a produção social e historicamente construída, associada ao território, cujo saber-fazer tradicional é um legado transmitido de geração a geração. Trata-se do patrimônio familiar – que alguns ainda insistem em chamá-lo ‘capital’. Mas o capital real faz parte de outro grupo, onde não se preservam patrimônios culturais coletivos tradicionais. O que se reconhece são produtos e processos inovadores, cuja história sócio-produtiva ainda é tão recente quanto incapaz de revelar notoriedade. Nessas condições, a IG passa a ser mediada pelo capital e pela propriedade fundiária que lhe concerne, cuja valorização também se apoia em políticas públicas, no caso, financeiras. Então, o objetivo passa a ser outro: reconfigurar territórios conforme a lógica produtivista do mercado, no curto prazo. Ancorada na propriedade intelectual, essa (**outra**) IG assegura a realização de lucros e rendas de monopólio.”

(*REIS, Livia Liberato de Matos*)

# AGRONEGÓCIO & AGRICULTURAS FAMILIARES

crítica do discurso único para dois brasis

Couto, Dufumier & Reis

AgroParisTech

UFBA-UFPI